

# OS GUARDIÃES DO TEMPLO

## A imprensa generalista e a imposição de uma agenda educativa

Pedro Abrantes\*

*O presente artigo pretende contribuir para o conhecimento sobre a complexa relação que se tende a estabelecer, na sociedade contemporânea, entre as realidades educativas e a sua cobertura jornalística, a partir de uma análise do universo das peças jornalísticas publicadas em 2005 sobre educação, nos quatro principais diários generalistas portugueses. Em traços gerais, o que constatámos é que a ênfase mediática tende a ser colocada nas políticas lançadas pelo governo e nas provas nacionais realizadas pelos alunos, correspondendo a uma visão própria da educação e da sociedade, bem como a uma estratégia de condicionamento da agenda educativa, ocultando fenómenos massivos e dramáticos como o insucesso escolar.*

**Palavras-chave:** educação, jornalismo, política, exames

Propomos, no presente artigo, uma discussão sobre a cobertura mediática da educação, a partir da análise de todas as peças relativas a este tema, publicadas em 2005, nos quatro jornais diários generalistas com maior tiragem em Portugal. Em confronto com o conhecimento sociológico sobre as realidades escolares, esta análise permite-nos explorar as imagens que os meios de comunicação social constroem e veiculam sobre a educação, a escola e os alunos, considerando o seu importante papel na formação da «opinião pública», bem como a complexa e íntima relação que tendem a estabelecer hoje com as práticas e, sobretudo, com as políticas educativas<sup>1</sup>.

Uma primeira caracterização deste *corpus* permitiu constatar que, no quadro (subalternizado) das peças sobre infância e adolescência, a educação constitui um assunto «nobre», um tema

\* CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) (Lisboa/Portugal).

<sup>1</sup> Público, Diário de Notícias (DN), Jornal de Notícias (JN) e Correio da Manhã (CM).

público, um fenómeno nacional, uma arena política, um terreno de opinião e um campo em que os protagonistas locais são apenas fontes secundárias (Abrantes, 2007). Neste artigo, dedicamo-nos a uma exploração mais detalhada, seleccionando alguns temas e submetendo as peças correspondentes a uma análise de conteúdo, de forma a compreender quais os regimes de (in)visibilidade que dominam o trabalho jornalístico sobre a escola.

A análise temática das notícias permitiu verificar que a avaliação dos alunos e, em particular, as provas nacionais constituem um tema forte da agenda mediática (ocupam 15,5% das peças sobre educação), só superado, em número de peças, pelo tema com maior visibilidade: as políticas educativas governamentais. Por este motivo, considerámos importante compreender a forma como os *media* tratam as questões dos exames nacionais, em comparação com a cobertura do fenómeno do insucesso e do abandono escolar ou daquilo que catalogámos, num primeiro registo, como «problemáticas sociais».

## 1. Enquadramento teórico-metodológico

Importa salientar, primeiro que tudo, que a presente pesquisa se enquadrou num projecto denominado *As Crianças e Jovens em Notícia* e que envolveu investigadores de várias áreas, sob a coordenação da Professora Cristina Ponte, que pôde assim dar continuidade a um estudo anterior sobre o tema (Ponte, 2005)<sup>2</sup>.

No estudo precedente, a investigadora havia analisado a cobertura jornalística da infância ao longo das três últimas décadas do século XX. Apesar de centrar-se apenas em dois diários generalistas, esta pesquisa mostrou que as peças sobre educação têm um privilégio mediático sobre os restantes temas associados à infância, mas subalternizam os pontos de vista dos próprios alunos. Como nota, mesmo a «visibilidade da escola na primeira página a construir a *criança nacional* e a projectar o *homem novo*», específica do período pós-revolução, raramente tomou em consideração a voz activa dos alunos, sendo estes apenas entendidos como «beneficiários da acção de outrem» (p. 224). Nos anos 1980, a cobertura noticiosa do tema adopta um tom institucional, acompanhando a organização e racionalização do sistema educativo, o que contribui para que «não se fale para pais e encarregados de educação, o grande público interessado nesta matéria, mas para as fontes, professores, especialistas e sindicalistas» (p. 237). E nos anos 1990, apesar de se manter a tendência, surge o *Público*, afirmando-se com um estilo próprio, inovador no contexto português, e que relativamente à educação se pauta por «reportagens ou articulação entre notícia e reportagem, sobre projectos e experiências pedagógicas, formas de articulação entre pais e escola, em peças de página inteira, numa divulgação de “boas práticas”» (p. 270). De notar que esta linha de

<sup>2</sup> Devo um agradecimento muito especial a esta equipa pelo importante espaço de reflexão, partilha e aprendizagem que me proporcionou. Agradeço ainda ao meu irmão Manuel Abrantes pela leitura crítica do manuscrito.

estudos tem procurado estabelecer pontos de contacto com pesquisas de grande espectro sobre o tema, realizadas no Brasil, o que, também neste caso, validou a comparação de abordagens e de resultados com aqueles que têm sido produzidos na América do Sul (ANDI, 2007).

Neste contexto, propomo-nos agora observar e compreender as evoluções ocorridas em Portugal, entre 2000 e 2005, à luz, por um lado, das próprias mudanças no campo político-mediático e, por outro lado, das transformações observadas no campo educativo. Como pano de fundo, visava-se a exploração do papel dos *media* na construção de um «senso comum educacional» (Afonso, 1998), no cruzamento de uma memória colectiva constantemente reinventada (Connerton, 1993), de acontecimentos e tendências observados e de projectos de sociedade necessariamente conflituais.

No primeiro caso, a análise dos mecanismos propriamente mediáticos de construção e difusão de memórias e projectos colectivos, em particular através de uma pressão sobre os poderes e serviços públicos, operando uma perigosa conversão da «opinião publicada» em «opinião pública», num contexto de privatização e concentração empresarial dos meios de comunicação social em todo o mundo, é sustentada em estudos consagrados, como os de Bourdieu (1997) ou de Halimi (1998). A partir destas perspectivas, tornou-se possível analisar os *media* enquanto «cães de guarda» dos interesses ideológicos e/ou empresariais mais poderosos, do qual o epíteto de «guardiões do templo» não deixa de ser uma variante suave.

O complexo processo de «construção social das notícias» é interpretado a partir de estudos sobre as relações sociais de produção jornalística (Breed, 1993), os mecanismos de controlo accionados no seio nas organizações jornalísticas (Soloski, 1993) e a construção da identidade do jornalista, em interacção constante entre pares, com a instituição na qual trabalha e com o próprio mercado (Rebelo, 2000). A análise detalhada destes processos, no caso específico das notícias sobre educação em 2005, exigia uma investigação com outros recursos e metodologias, mas uma pesquisa etnográfica realizada em 2002, num dos diários generalistas abrangidos pelo presente estudo (Ângelo & Abrantes, 2005), informou-nos das importantes dinâmicas de poder que se estabelecem no quotidiano da redacção e que tendem a difundir, entre os jornalistas, quantas vezes de forma implícita ou até inconsciente, certas disposições profissionais, consentâneas com os temas e abordagens privilegiados pelos directores do jornal, escolhidos, importa lembrar, pela administração da empresa. Desta forma, há um conjunto de micro-mecanismos cruzados, raramente falados ou mesmo reflectidos mas constantemente accionados, no quotidiano da redacção, e que fazem com que os profissionais vão desenvolvendo disposições adaptativas em relação às forças dominantes, mesmo quando experimentam a ilusão de uma certa liberdade jornalística<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> O 1º Seminário *Infância, Cidadania e Jornalismo*, organizado pelo Centro de Investigação Media e Jornalismo (CIMJ) e pelo Instituto de Apoio à Criança (IAC), na Fundação Calouste Gulbenkian, em Lisboa (4 e 5 de Novembro de 2007) permitiu um interessante espaço de diálogo e reflexão entre investigadores e jornalistas, no qual estes últimos assumiram, de forma corajosa, as pressões existentes no seio das redacções, para privilegiar certos temas e certas abordagens nas questões educativas, bem como noutras.

Quanto à relação entre educação e *media*, procurou-se tomar em consideração estudos recentes sobre o tema. Uma análise das notícias sobre educação publicadas em dois jornais de grande tiragem no Brasil (1995), por exemplo, havia já notado como o destaque concedido aos factos polémicos ou extraordinários, característicos da produção de notícias enquanto mercadorias, limita a capacidade dos *media* para conceber e problematizar as realidades educativas. Uma investigação mais recente sobre a realidade portuguesa mostra como os *media* e a educação tendem a constituir-se hoje enquanto campos em permanente tensão, caracterizados por lógicas discursivas e de acção claramente distintas, estando latente uma polifonia mesclada de críticas e incompreensões recíprocas e observando-se, periodicamente, a erupção de episódios de confrontação directa (Freitas, 2008).

No segundo caso, a comparação destas transformações na produção noticiosa com as grandes tendências educativas contemporâneas, em particular no campo das políticas públicas, baseou-se em estudos de referência no campo educativo, tanto nacionais como internacionais, entre os quais, os trabalhos de Popkewitz (1991), Gewirtz, Ball e Bowe (1995), Afonso (1998, 2002), Stoer, Cortesão e Correia (2001), Feito Alonso (2002), Barroso (2003) ou Goodson (2007). Apesar da complexidade e diversidade destas obras, é possível encontrar, como denominador comum, o estudo de um movimento transnacional que privilegia instituições e interesses privados no campo educativo, recuperando princípios e mecanismos de diferenciação ou mesmo segregação, enquanto o Estado é remetido para uma função eminentemente reguladora.

Por fim, importa salientar que a análise da informação partiu de uma recolha exaustiva de todas as peças relativas à infância e à juventude, durante o ano de 2005, nos quatro jornais generalistas de maior tiragem à época (5647, no total). Estas peças foram classificadas com base em 19 critérios distintos, o que permitiu um número muito extenso de cruzamentos e análises multivariadas. Neste artigo, analisamos o segmento destes dados referentes às peças sobre questões educativas (1327 peças, 23,5% do total), enfatizando os seguintes critérios: subtema, assunto, publicação, género jornalístico, data, fontes e título.

## 2. A invisibilidade mediática do insucesso escolar

Enquanto que em diversos países é meramente residual e noutros se tem vindo a reduzir de forma significativa, pelo menos no ensino básico e obrigatório, o insucesso escolar permanece, em Portugal, um fenómeno massivo, cumulativo, socialmente selectivo e associado ao abandono, revelando poucas oscilações ao longo das últimas décadas (Benavente *et al.*, 1994; Grácio, 1997; GIASE, 2006). Trata-se de um fenómeno com custos avultados tanto para os muitos milhares de alunos e famílias que afecta, todos os anos, como para as escolas e para o país. Aliás, as comparações internacionais sobre as competências dos adolescentes (OCDE, 2004) ou dos adultos (Ávila, 2006) indicam que estas se têm desenvolvido a maior ritmo em países em que a reprovação na educação básica já há muitos anos

deixou de constituir uma prática pedagógica corrente, o que nos permite ponderar se não se trata, de facto, de um instrumento educativo anacrónico, socialmente injusto e/ou pedagogicamente ineficaz.

QUADRO 1

**Todas as peças sobre insucesso escolar publicadas nos diários portugueses, em 2005**

Jornal	Data	Título	Género
CM	12 Jun.	Alunos – Retidos	Breve
DN	16 Jul.	Futebol chumba escola	Investigação
Público	6 Ago.	A sociedade da informação e o insucesso escolar	Carta do leitor
Público	23 Ago.	Taxas de aproveitamento escolar estagnaram nos últimos anos lectivos	Outro
Público	7 Set.	Combate ao insucesso deve começar no ensino pré-escolar	Notícia
JN	17 Nov.	Retenção de alunos do Básico foi generalizada	Notícia
Público	26 Dez.	Taxas de insucesso escolar ao mesmo nível de há oito anos	Outro

A 17 de Novembro, no *Jornal de Notícias*, podia ler-se «Retenção de alunos do básico foi generalizada» e, um mês mais tarde, no *Público* (26 Dez.), saiu a notícia «Taxas de insucesso ao mesmo nível de há oito anos», o que demonstra que os *media* dispõem de dados actualizados e rigorosos sobre esta realidade. Mas não deixa de ser significativo que um fenómeno destas proporções mereça apenas sete peças soltas (0,05% do total de peças sobre educação), sem qualquer destaque ou tratamento aprofundado, o que traduz a posição marginal deste tema na agenda mediática (ver Quadro 1). É curioso, aliás, que a única peça que resultou de um trabalho de investigação jornalística seja sobre o fracasso escolar dos jovens futebolistas. Outro aspecto interessante é a publicação de uma notícia em que se adopta um tom declaradamente normativo, rompendo com os critérios de objectividade que pautam este género jornalístico, e se situa a problemática a montante do percurso de escolaridade. Em contraponto, refira-se que não existe qualquer peça, em 2005, que aborde os factores intrínsecos que estão na base do insucesso escolar, apesar da importância central do fenómeno para milhares de crianças e famílias portuguesas, todos os anos, bem como o volume de produção científica disponível sobre as suas causas e consequências.

Para esta ocultação do fenómeno do insucesso escolar parecem convergir vários factores. É verdade que as publicações periódicas se alimentam das novidades, sendo que um fenómeno que sempre existiu no sistema de ensino português (e, aliás, se mantém estável ao longo das últimas décadas) corre um sério risco de *naturalização* e *perda do valor-notícia*, no seio das redacções. No entanto, devemos notar que existem outros temas (por exemplo, os exames nacionais ou a falta de condições nas escolas) que, sendo recorrentes, não deixaram de merecer, em 2005, um destaque e um tratamento jornalístico sistemáticos.

Além disso, visto que as condições sociais se têm vindo a transformar ao longo das últimas décadas (adesão à União Europeia, crescimento económico, progresso tecnológico, investimento

em educação), a conservação das taxas de insucesso não deixa de ser uma importante constatação. Se a massificação escolar realizada com grande carência de recursos poderá ter provocado, nos anos 1970 e 1980, taxas elevadas de insucesso escolar, já é mais difícil de compreender de que forma, num quadro de estabilização política e de modernização económica, esses indicadores se mantêm ao nível dos países mais pobres do mundo.

Importa estabelecer uma comparação com o significativo peso conferido ao tema do abandono escolar precoce. É verdade que não chega a ocupar 1% das peças sobre educação, mas o fenómeno surge melhor documentado, através de estudos nacionais e internacionais, incluindo referências a causas e consequências sociais. Destaca-se a enorme expressão do fenómeno, face aos congéneres europeus, e os títulos possuem uma forte carga dramática<sup>4</sup>. Note-se que se trata de fenómeno que sempre tem pautado o sistema educativo português e que, ao contrário do insucesso escolar, tem vindo a declinar nos últimos anos.

Correspondendo a selecção dos temas noticiosos a complexos processos de construção e negociação social, no qual se cruzam estereótipos, representações e estratégias de diversos actores sociais, devemos, pelo menos, colocar a hipótese de que existe uma ideologia dominante nas redacções dos principais jornais diários portugueses, segundo a qual o insucesso escolar massivo, ao contrário do abandono, é um fenómeno *natural*, *inevitável* ou talvez mesmo *desejável*. Num estudo recente, Afonso (1998) analisa as resistências às políticas de redução das retenções no ensino básico, nos anos 1990, explicando-as pela prevalência de uma «cultura social da discriminação».

### 3. As «problemáticas sociais»

Apesar deste ocaso mediático do insucesso escolar, devemos salientar um importante corpo de peças que versam sobre os reflexos de diversas «problemáticas sociais», externas à escola, nas realidades observadas no seu interior. Referimo-nos, em concreto, a 112 peças, um valor já considerável e que perfaz 8,5% das peças sobre educação, sendo o quarto tema educativo com mais textos publicados. Além do volume significativo, uma caracterização dos géneros jornalísticos evidencia que, em comparação com os restantes subtemas, esta apresenta uma proporção elevada de notícias, reportagens e investigações e uma percentagem reduzida de «breves», artigos de opinião, editoriais e cartas dos leitores. A análise de conteúdo destas peças reveste-se de particular acuidade, uma vez que reflectem as representações que circulam nos *media* sobre a própria «sociedade» e a sua relação com o campo educativo.

<sup>4</sup> «Estudamos poucos anos» (*Correio da Manhã*, 14 Set.); «Portugueses são os que no espaço da OCDE menos anos passam na escola» (*Público*, 14 Set.); «PORTO: Centenas abandonam a escola» (*Jornal de Notícias*, 7 Mar.); «AVEIRO: Mais de 200 alunos deixaram de estudar» (*Jornal de Notícias*, 1 Out.).

Um primeiro aspecto interessante é que o peso conferido a este tema varia muito consoante a publicação, o que contraria as teorias de que existe uma agenda comum. Esta variação não é explicável pela distinção comum entre jornais «populares» e «de referência», denotando a existência de um espaço considerável para as políticas editoriais. As «problemáticas sociais» surgem em particular destaque no *Jornal de Notícias* e são quase residuais no *Correio da Manhã*, situando-se os restantes diários em posições intermédias (Quadro 2). Há indícios de uma orientação efectiva do *JN* para valorizar estas questões, associada à manutenção de um naipe de repórteres espalhados pelo país, o que permite ganhos de informação acerca de problemas sociais, escapando à tendência das redacções para um enfoque nas políticas governamentais e nas posições sindicais.

QUADRO 2

**Peças sobre os efeitos das «problemáticas sociais» no campo educativo, segundo o jornal**

Publicação	Número de peças	% das peças sobre educação
<i>Público</i>	33	8,8%
<i>Diário de Notícias</i>	16	6,7%
<i>Jornal de Notícias</i>	48	12%
<i>Correio da Manhã</i>	9	3,1%

Como se observa no Quadro 3, o tópico «problemáticas sociais» abrange várias temáticas com inegável impacto na vida escolar, mas deixa também de fora muitas outras que são também incontornáveis na sociedade actual, o que remete, uma vez mais, para os complexos critérios implícitos de selecção dos temas e das abordagens jornalísticas.

QUADRO 3

**Peças sobre «problemáticas sociais», por subtema**

	Número de peças	%
Insucesso escolar <sup>5</sup>	4	3,6%
Abandono escolar	13	11,6%
Crianças sobredotadas	19	17%
Educação especial	19	17%
Rede escolar	26	23,2%
Imigração	13	10,7%
Desigualdades sociais	7	6,3%
Outros	12	10,7%

<sup>5</sup> Das sete peças publicadas em 2005 sobre o insucesso escolar, apenas quatro delas abordavam o tema enquanto «problemática social». Num caso, o tema era enquadrado dentro da problemática da avaliação e, em outros dois, enquanto retrato da educação em Portugal, em comparação com o panorama internacional.

A reconfiguração da rede escolar e, em particular, o encerramento de diversas escolas do 1º ciclo do ensino básico com um número residual de alunos constituiu a principal «problemática social», privilegiando-se a denúncia das «escolas que fecham aldeias», obrigando algumas crianças a percorrer quilómetros para frequentar o 1º ciclo noutra localidade, com a exposição de dramas pessoais e a uma carga propriamente simbólica da escola primária perdida. Estão ausentes referências aos motivos apresentados pela administração para legitimar essa política, bem como às suas possíveis vantagens económicas e culturais.

Em segundo plano, destacam-se as peças sobre o trabalho educativo com crianças que demonstram capacidades muito acima da média (sobredotadas) ou que revelam necessidades educativas especiais, por possuírem alguma incapacidade de carácter permanente. Estas notícias oscilam entre a denúncia das exclusões a que estão votadas estas crianças nas escolas portuguesas e a apresentação de projectos inovadores que têm permitido, a algumas delas, um melhor acompanhamento e progressão escolares. Em ambos os casos, coloca-se em causa o princípio da «escola igual para todos» em que se fundam os sistemas educativos modernos.

Quando comparamos este enfoque com a publicação de apenas uma peça (em 1324) sobre o insucesso e abandono escolar das crianças ciganas nas escolas portuguesas<sup>6</sup>, sabendo-se que a esmagadora maioria não termina sequer a escolaridade básica e obrigatória, podemos constatar que as «problemáticas sociais» da educação que são privilegiadas pelos *media* possuem um forte pendor *psicologista*, não dispondo as variáveis propriamente sociológicas (ou antropológicas) das desigualdades de igual visibilidade nos jornais portugueses.

A este propósito, devemos considerar o volume significativo de peças sobre as crianças imigrantes nas escolas portuguesas (10,7%), expondo a situação de minorias, essas sim, formadas por processos sociais, culturais, económicos e/ou políticos. A chegada de contingentes massivos de imigrantes, de diversos países e até continentes, a uma escola – e a uma sociedade – que se fundaram sob o primado (imposto) da uniformização cultural é um tema de enorme actualidade, fazendo parte da agenda mediática internacional. Porém, o *Jornal de Notícias*, periódico que mais eco fez deste fenómeno, centrou as suas peças no bom acolhimento das escolas e nos resultados positivos alcançados pelas crianças imigrantes<sup>7</sup>. O sucesso escolar alcançado, em particular, pelos descendentes de imigrantes do Leste Europeu é também noticiado por outros jornais, embora estes adoptem um tom mais neutro<sup>8</sup>.

Nem as agências governamentais que tutelam esta área são tão optimistas sobre a capacidade das escolas portuguesas em gerir esta enorme diversidade dos seus «públicos». Por seu lado, os

<sup>6</sup> «Uma em cada quatro crianças ciganas de Braga abandonaram a escola» (*Público*, 12 Maio).

<sup>7</sup> Veja-se, por exemplo: «Leiria: Escolas mostram iniciativas para integração de imigrantes» (26 Jun.); «Sintra: Na escola de todas as cores a diversidade é bem-vinda» (25 Nov.); «Uma escola cosmopolita» (6 Dez.).

<sup>8</sup> «Imigrantes têm sucesso escolar, mas só no 1º ciclo» (*Diário de Notícias*, 10 Jul.); «Escolas com poucos recursos para apoiar alunos imigrantes» (*Público*, 14 Nov.); ou «Escolas portuguesas têm alunos de 120 nacionalidades» (*Público*, 28 Dez.).



estudos científicos sobre a relação dos imigrantes (e seus filhos) com a escola portuguesa apontam para uma enorme desigualdade de situações, observando-se taxas de insucesso e abandono mais altas do que as médias nacionais em algumas comunidades, marcadas por uma sobreposição de contrastes culturais e de carências económicas (Machado *et al.*, 2005).

Como compreender então que os *media*, tão propensos a explorar as facetas negativas de certos fenómenos, adoptem um tom factual ou mesmo apologético quanto à integração das crianças de origem imigrante? Uma resposta rigorosa só será possível com uma exploração aprofundada dos próprios contextos de produção noticiosa, mas podemos desde já adiantar duas pistas importantes. Por um lado, é inegável que a questão da imigração e das minorias étnicas constitui hoje um tema delicado entre os jornalistas, objecto de debates e acções de formação, o que certamente contribui para um tratamento mais cuidadoso desta temática. Existe um movimento internacional que pressiona os *media* para que não sejam (mais) um factor de exclusão das minorias imigrantes. Por outro lado, podemos também aqui observar um interessante jogo implícito de expectativas e projecções sobre o sistema de ensino. Sendo a escola portuguesa, desde o primeiro ciclo, caracterizada por altas taxas de insucesso, seria *natural* que os imigrantes sentissem dificuldades acrescidas e reprovassem em massa, pelo que *é notícia* o facto de a maioria estar a adaptar-se e a progredir. Se, como em tantos outros países da Europa, as taxas de abandono e de insucesso no ensino básico fossem apenas residuais, é provável que as peças adoptassem outros contornos.

#### 4. A exaltação das provas nacionais

Em claro contraste com a pouca visibilidade conferida às problemáticas do insucesso e do abandono escolares, verifica-se a enorme relevância mediática do subtema das avaliações escolares. Durante 2005, foram publicadas 205 peças sobre este tema nos quatro jornais diários, o que perfaz 15,5% das peças sobre educação.

Importa salientar alguns pontos. Em primeiro lugar, a visibilidade do fenómeno é muito variável consoante o jornal: o *Público* dedica ao tema 21,2% das peças sobre educação, enquanto o *Diário de Notícias* apenas 10,3%. Em segundo lugar, 58% das peças sobre avaliação foram publicadas entre Maio e Julho, sendo objecto de acompanhamento noticioso contínuo durante esses meses e de esquecimento relativo durante os restantes. Em terceiro lugar, é um tema no qual mais de metade das peças não são «notícias», ganhando destaque outros géneros jornalísticos, como as reportagens, os inquéritos jornalísticos e os editoriais.

Uma análise de conteúdo das peças evidencia que esta visibilidade alargada do tema não abrange os vários tipos de avaliação educativa existentes. Na esmagadora maioria dos casos (mais de 95%), as peças referem-se à avaliação de um tipo de agentes educativos (os alunos), através de uma metodologia específica (as provas nacionais), tomada como o único mecanismo de avaliação

existente no sistema de ensino português. Por um lado, o facto de todos alunos do ensino básico e secundário serem avaliados trimestralmente pelos seus professores e, em consequência disso, uma parte muito significativa obter classificações negativas, sendo obrigada a repetir de ano, não merece a atenção dos jornais diários portugueses. A ideia que transparece desta ausência é a de que a avaliação realizada pelos professores aos seus alunos sofre de «particularismos» e de «subjetivismos» vários, não tendo a mesma validade das provas nacionais. Omite-se que também estas são realizadas por certos especialistas e baseiam-se em metodologias particulares, não deixando de ser, por isso mesmo, instrumentos de avaliação imperfeitos e parciais. Por outro lado, existem em curso processos de avaliação de outras dimensões do sistema educativo que não merecem qualquer atenção. Títulos como «Provas de aferição vão avaliar estado das escolas» (*Diário de Notícias*, 18 Maio) mostram até que ponto estes instrumentos são utilizados, pelos *media*, como medida única de avaliação do sistema educativo, no seu conjunto, e de cada escola, em particular. A criação de um sistema público de avaliação das escolas e agrupamentos, precisamente em 2005, assente em metodologias qualitativas, não suscitou qualquer trabalho jornalístico. Esta reificação e instrumentalização mediáticas dos exames nacionais têm sido, aliás, analisadas por outros autores (Afonso, 2002; Barroso, 2003; Melo, 2005).

Um aspecto menos estudado é o tipo de cobertura mediática e de tratamento jornalístico dado ao fenómeno. A este propósito, em 2005, publicaram-se mais peças sobre a organização das provas (83) do que sobre os seus resultados (42). Esta constatação não retira o peso das enormes listagens, ocupando várias páginas e várias edições, em que as escolas são hierarquizadas em função dos resultados dos seus alunos nos exames nacionais. Mas chama a atenção para um outro fenómeno muitas vezes negligenciado: os exames são um acontecimento mediático por si mesmo!

Quando mencionamos a organização dos exames, referimo-nos a diversas dimensões do fenómeno, das quais salientamos três. Em primeiro lugar, há uma cobertura noticiosa do próprio debate político sobre o modelo a adoptar para as provas nacionais, no qual se envolvem as forças políticas, bem como as associações e os sindicatos de professores, as organizações de alunos e de pais, e outros actores externos, incluindo editores, jornalistas e *opinion makers* contratados pelos *media*. O principal foco de discussão é a abrangência das provas (anos de escolaridade, disciplinas, todos os alunos ou apenas aqueles que pretendem prosseguir estudos, peso na avaliação final). Em segundo lugar, há um acompanhamento mediático da forma como são vividos os exames por alunos e famílias. Neste caso, o tom adoptado é claramente outro, sendo privilegiada a visão de que os exames são um momento difícil da vida pessoal e familiar, para o qual a preparação é fundamental. O recurso a explicadores, médicos, psicólogos e várias actividades de relaxamento ganha destaque e há mesmo referência ao uso de fármacos<sup>9</sup>. Em terceiro lugar, há uma

<sup>9</sup> Este tema é tão valorizado que inclusive se publicam «não-notícias», como a seguinte: «Estudantes não estão ansiosos por causa das provas de Matemática e Português» (*Público*, 5 Jun.).

atenção continuada dos jornais ao desenrolar das provas, noticiando-se imediatamente a ocorrência de erros, infracções e imprevistos, mesmo que apenas com um impacto local. Os aspectos administrativos e legais são esmiuçados, mas a tónica é colocada na capacidade de gestão política de um aparato de grande complexidade que mobiliza dezenas de milhares de professores e alunos em todo o país. O êxito na organização administrativa das provas é utilizado como indicador de coesão e eficiência do próprio governo, enquanto qualquer falha é explorada pelos *media* e pelas forças políticas da oposição<sup>10</sup>.

Em 2005, este mecanismo mediático de converter as provas nacionais dos alunos num exame à capacidade de execução dos governos foi, aliás, mobilizado pelos sindicatos dos professores para pressionar o executivo recém-empossado. Os responsáveis do Ministério da Educação optaram, nesta situação, por manter uma posição de força, suspendendo as demais actividades lectivas para que todos os professores assegurassem a «máquina» dos exames. É curioso que os jornais tratassem o tema de forma cautelosa, não explorando o facto de os exames poderem ser um factor de instrumentalização política e destabilização das escolas<sup>11</sup>.

Sobre os resultados das provas nacionais, o dramatismo é a tónica dominante. Relativamente aos exames nacionais no 9º ano, o diagnóstico dos vários jornais foi contundente e convergente, logo no dia seguinte à divulgação dos dados (12 Jul.), com honras de primeira página e destaque em várias publicações (ver Quadro 4). No entanto, no dia seguinte, perdeu-se o rasto à notícia, não se evidenciando qualquer estratégia para realizar um maior enquadramento ou análise deste fenómeno.

Em 2005, os resultados médios nos exames nacionais de 12º ano registaram uma subida, o que foi apenas discretamente anunciado nos jornais, concentrando-se estes na manutenção de um

QUADRO 4

**Notícias sobre os resultados dos exames nacionais de 9º ano**

Publicação	Dia	Título
<i>Público</i>	12 Jul.	Sete em cada dez alunos do 9º ano tiveram negativa no exame de Matemática
<i>Diário de Notícias</i>	12 Jul.	70% de chumbos nos exames de Matemática do 9º ano
<i>Jornal de Notícias</i>	12 Jul.	Mais de 70% dos alunos reprovaram a Matemática
<i>Correio da Manhã</i>	12 Jul.	Exames de 9º ano – 60084 alunos fracos com os números – Razia na Matemática

<sup>10</sup> Este fenómeno é facilmente observável em notícias com títulos apelativos como «Oitenta mil alunos em suspenso» (*Correio da Manhã*, 18 Jun.), «Clima de guerra marca início de exames do 9º ano» (*Correio da Manhã*, 20 Jun.) ou «Governo passa primeiro grande teste dos exames» (*Diário de Notícias*, 21 Jun.). A este propósito, no mesmo dia, o *DN* não hesita em concluir que, ao conseguir gerir a aplicação dos exames nacionais, «Governo passa primeiro teste sério» (investigação jornalística).

<sup>11</sup> Veja-se «Paralisação dos professores com pouco impacto nos exames nacionais» (*Público*, 21 Jun.).

valor médio inferior a 10 no exame de Matemática<sup>12</sup>. Já a descida nos resultados da 2ª fase dos exames, abrangendo um número menor de alunos, muitos deles em condições desfavoráveis, concentrou a atenção dos vários jornais. O *Jornal de Notícias* documenta, de forma taxativa, a «Razia na 2ª fase dos exames nacionais do 12º ano» (18 Ago.). Parece, pois, estabelecer-se um princípio jornalístico: *o valor-notícia é tanto maior quanto piores forem os resultados das provas*, não merecendo qualquer destaque a melhoria dos resultados relativamente ao ano anterior.

A cobertura mediática dos resultados dos exames só regressa no final de Outubro, quando o Ministério da Educação divulga o alinhamento das escolas do país, segundo os resultados alcançados pelos seus alunos nos exames nacionais do 12º ano. Mais uma vez, o *Correio da Manhã* destaca-se por anunciar, na primeira página, que as «Escolas públicas sobem notas», chamando a atenção para uma reportagem nas páginas interiores intitulada «“Ranking” de escolas mostra notas a subir» (22 Out.). Já o *Jornal de Notícias* não tem dúvidas em anunciar, em estilo de competição desportiva, que «Escola de Lisboa é a nº 1 do país». Os restantes jornais preferem a publicação das listagens completas, desta vez, sem títulos apelativos.

Um aspecto importante do tratamento dos resultados nas provas nacionais é que, por mais valorativas que sejam as parangonas, os *timings* e os formatos dos dados publicados são fornecidos, na íntegra, pelo Ministério da Educação. Não existe uma investigação jornalística que produza dados de forma autónoma<sup>13</sup>.

Por fim, é importante assinalar que, embora em proporção menor, as peças sobre avaliação educativa compreendem outras provas, concursos, olimpíadas, prémios, sob as mais diversas modalidades e conteúdos. As Olimpíadas da Matemática, quer na sua competição nacional quer no certame internacional, foram pioneiras neste domínio, merecendo várias notícias em 2005, mas são agora acompanhadas por várias outras olimpíadas (Física, Química, Informática) também com alguma visibilidade mediática. Nas Humanidades, os resultados dos concursos literários conhecem também alguma cobertura noticiosa, ganhando relevo a informação sobre certames lançados pelas próprias publicações, em particular, na área dos «jornais escolares». O jornal adopta, nestes casos,

<sup>12</sup> Apenas o *Correio da Manhã* reflecte este fenómeno em Julho, salientando que «Médias sobem mas Matemática não acompanha» (16 Jul.) e voltando em Agosto «Alunos sobem notas» (5 Ago.), desta vez acompanhado do *Jornal de Notícias* («Matemática: Subiu média mas continua negativa», 5 Ago.). Já o *Público*, logo no dia seguinte à publicação das classificações dos exames, preferiu enfatizar a dimensão negativa dos resultados, alertando na primeira página para «Média negativa no exame de Matemática do 12º desce pelo terceiro ano consecutivo» e publicando uma reportagem também intitulada: «Média negativa na prova de Matemática».

<sup>13</sup> O facto de os exames de 9º ano serem tomados como uma avaliação, sobretudo, dos alunos e do sistema educativo, enquanto os exames do 12º ano são utilizados como barómetros da qualidade das escolas tem apenas a ver com o facto de, nestes segundos, o Ministério da Educação ter facultado os resultados desagregados por escola, o que (ainda) não acontecia nos primeiros. De modo similar, o facto de os resultados serem apresentados na forma de percentagem de classificações negativas, no primeiro caso, enquanto no segundo se utilizam as médias (totais e por escola) é também resultado do modo como o Ministério trabalha essa informação.

uma missão pedagógica, também com interesses na conquista de leitores entre as novas gerações<sup>14</sup>. Noticia-se a obtenção de distinções através da qualidade dos desempenhos, enfatizando-se os conhecimentos, imaginação e raciocínio revelados, em claro contraste com as imagens dos alunos e da educação veiculadas nas restantes peças. Ainda assim, o enfoque em casos individuais ou em pequenos grupos (vencedores), em comparação com os muitos milhares de jovens abrangidos sob uma média modesta nas provas nacionais, limita claramente este contraponto, sugerindo a existência de uns casos isolados de brilhantismo num mar de mediocridade.

## 5. Os jornais na batalha moral: um estudo de caso

Concluimos com a discussão de um estudo de caso que permite aprofundar a questão que temos vindo a tratar. Ao longo de 2005, as mudanças no regulamento dos exames nacionais foi motivo de produção noticiosa, com base em anúncios do Ministério da Educação ou mesmo em rumores que procuravam antecipar as medidas (Quadro 5). Os jornais assumiram, então, a missão de denúncia de um eventual «facilitismo» que a tutela pretendia induzir nos exames, através quer de alterações subtis nas provas quer da dispensa de alguns alunos.

QUADRO 5  
Algumas notícias publicadas em 2005

Publicação	Dia	Título	Gênero
<i>DN</i>	1 Fev.	Faltas por suspensão não reprovam estudantes	Notícia
<i>JN</i>	11 Fev.	Alunos sem aproveitamento não vão a exame	Notícia
<i>DN</i>	4 Abr.	Governo cria exceções para exames do 9º ano	Notícia (c/ chamada de 1ª pág.)
<i>DN</i>	5 Abr.	Governo admite extinguir exames de 9º ano em 2006	Notícia
<i>Público</i>	5 Abr.	Filhos de imigrantes e alunos com dificuldades for a dos exames do 9º	Reportagem
<i>Público</i>	6 Abr.	Exceções aos exames de 9º ano entre críticas e elogios	Notícia
<i>CM</i>	20 Maio	Prova de Matemática fácil e a precisar de melhorias	Notícia
<i>JN</i>	1 Jul.	Prova de Biologia foi acessível	Notícia
<i>JN</i>	6 Jul.	Psicologia foi prova acessível	Notícia
<i>JN</i>	22 Jul.	Prova de Matemática mais fácil	Notícia
<i>DN</i>	16 Nov.	Avaliação excepcional pode passar repetentes	Notícia
<i>CM</i>	17 Nov.	Facilitismo para repetentes	Notícia
<i>Público</i>	6 Dez.	Exames nacionais do 12º ano poderão vir a ser apenas três	Notícia (c/ chamada de 1ª pág.)
<i>JN</i>	7 Dez.	Menos exames no final do 12º ano	Outros
<i>Público</i>	7 Dez.	Professores de Filosofia não poupam críticas a mudanças nos exames	Outros
<i>DN</i>	8 Dez.	Reduzir exames é «bónus à preguiça»	Notícia
<i>Público</i>	12 Dez.	Famílias numerosas contra redução de exames do ensino secundário	Notícia breve
<i>Público</i>	16 Dez.	Ministério já não pondera acabar com exame a Português	Notícia

<sup>14</sup> Ver, por exemplo, «*Público* premiou os melhores jornais escolares», *Público* (24 Nov.).

Este tema foi também abordado em várias cartas de leitores, mas, para os presentes objectivos, decidimos concentrar-nos nas peças de carácter noticioso. Entre estas notícias que poderíamos classificar de «vigilância» contra os (pretensos) ataques (internos) aos exames nacionais, podemos distinguir diferentes tipos de abordagem.

Em primeiro lugar, vemos irromper, em Abril e em Novembro, polémicas transversais aos vários jornais e que dão conta de um alegado favorecimento de certos grupos de alunos (mais desfavorecidos em termos sociais e escolares) que não teriam que sujeitar-se aos exames ou que disporiam de um regime de avaliação suplementar. A este propósito, é curioso como, já em Fevereiro, o *JN* havia anunciado que «Alunos sem aproveitamento não vão a exame», mas esta temática acabou por merecer uma ampla cobertura noticiosa, pelo *Público* e pelo *DN*, entre 4 e 6 de Abril. Em Novembro, uma política que pretende alterar o processo de reprovações gera notícias em vários jornais, sendo que o *Correio da Manhã* não hesita em anunciar: «Facilitismo para repetentes» (17 Nov.). Não é fácil compreender este *afã reprovador* que assumem os *media* portugueses. A criação de situações especiais para lidar com o fenómeno do insucesso escolar, procurando minorar as repetições de ano, é uma medida comum em diversos países, há já várias décadas, estando no âmbito do projecto da escola compreensiva. A denúncia do «facilitismo», neste contexto, traz implícita uma exaltação de um sistema educativo tradicional e elitista.

Em segundo lugar, observamos a atenção mediática que suscitaram, em 2005, os projectos governamentais para reduzir o número de exames a que os alunos se sujeitam. Em particular, no 12º ano, a realização de seis a oito provas, no espaço de um mês, há muito que levantava polémica, o que aliás é visível pelo volume já referenciado de peças sobre a ansiedade dos alunos e das famílias, neste período. Ainda assim, no início de Dezembro, o anúncio de que cada aluno necessitaria apenas de realizar três exames nacionais no 12º ano gerou uma sequência de notícias e reportagens, algumas delas com direito a chamada de primeira página. É verdade que houve, nesta cobertura, uma preocupação em ouvir diversas opiniões, mas os títulos não deixam dúvidas quanto à posição dos jornais<sup>15</sup>. O *Público* decidiu dar maior protagonismo a actores externos, mas será interessante questionar a visibilidade conferida aos representantes das «famílias numerosas» e dos «professores de Filosofia», entre tantos interlocutores possíveis, alguns deles de colectivos bem mais numerosos.

Em terceiro lugar, identificamos diversas notícias que, a partir do recurso a um número reduzido de opiniões, recolhidas no próprio dia em que a prova foi lançada, concluem que os enunciados dos exames eram «fáceis» ou, pelo menos, «acessíveis». O *Jornal de Notícias* destaca-se nesta matéria, ao publicar notícias quase idênticas, em dias seguidos, sobre as provas nacionais de Biologia, Psicologia e Matemática. Está subjacente a esta abordagem um princípio de que os exames são habitualmente (e devem ser) difíceis.

<sup>15</sup> Veja-se, por exemplo, a notícia: «Reduzir exames é bónus à preguiça» (*DN*, 17 Dez.).

### Notas conclusivas: os «guardiães do templo»

A pesquisa sobre o universo de peças sobre educação, publicadas em 2005, nos quatro principais diários generalistas portugueses mostra o desenvolvimento de uma «agenda educativa», na qual as questões do insucesso e das desigualdades escolares estão praticamente ausentes e na qual as provas nacionais de avaliação dos alunos dispõem de um amplo espaço mediático, apenas superado pelas peças sobre políticas educativas<sup>16</sup>.

A comparação com as décadas precedentes, possível a partir do cruzamento com o estudo original de Ponte (2005), permite verificar que a educação mantém um lugar central na abordagem da imprensa das questões da infância e da juventude, reforçando-se a tendência para a sua institucionalização, ou seja, para a ênfase nas políticas educativas. Em todo o caso, observa-se uma mudança de enfoque e de metodologia, sobretudo no *Público*, trocando a análise das situações e dos projectos pela difusão, quantas vezes em tom alarmista, das ocorrências e dos resultados das provas nacionais. Não será, pois, um exagero se afirmarmos que os *media*, relativamente ao sistema de ensino, assumiram o papel não apenas de informadores e divulgadores mas também de reguladores e de lobistas.

Compreender a conservação e até o reforço dos dispositivos de selecção escolar, a partir dos anos 1990, implica explorar a sua profunda imbricação nas transformações dos quadros culturais e das estruturas sociais que marcam a sociedade portuguesa. Este processo foi legitimado pela construção colectiva de um *mito* acerca de um suposto declínio do sistema de ensino, resultante do «facilitismo», da falta de preparação dos professores, das «pedagogias recreativas», que mereceu uma difusão alargada através dos meios de comunicação de massas, como é possível constatar por esta amostra relativa à imprensa diária generalistas.

Baudelot e Establet (1990) mostram como não só a tese da decadência dos sistemas de ensino é universal e intemporal, como os seus pressupostos são falsos. O nível educativo entre gerações tende a subir. Como explicar o poder desta tese na sociedade portuguesa contemporânea, herdeira de um passado recente em que o analfabetismo era dominante e cujas referências e aspirações para o futuro se situam nos países mais modernos e industrializados do mundo? A resposta é: por isso mesmo.

Os processos de construção de uma memória colectiva são uma matéria tão complexa quanto fascinante. Mesmo as memórias mais pessoais e íntimas são enformadas por um sem número de «actos de transferência», conferindo-lhes unidade e sentido social. A forma como as sociedades recordam combina, pois, fragmentos desordenados das experiências passadas com estratégias, interesses e projectos colectivos presentes, sendo negociada e renovada a cada instante (Connerton,

<sup>16</sup> O facto de a análise se ter realizado em 2005 é também significativo, uma vez que se tratou de um ano de eleições e de mudança de governo, pelo que as políticas educativas poderão ter alcançado um peso mais substancial.

1993). A difusão do discurso da «crise da escola» (pública) em largos sectores da população, de todos os quadrantes políticos e níveis de qualificações, não resulta apenas de uma recordação equivocada, mas reflecte sobretudo uma estratégia particular perante um novo cenário de massificação do ensino e consequente perigo de subversão das regras e hierarquias sociais estabelecidas. Aliás, é tanto maior quanto a velocidade dessa transformação e o grau de sedimentação das estruturas preexistentes. A uma memória de privações extremas que levou um segmento das classes desfavorecidas a sacrifícios pesados para que os filhos chegassem ao ensino superior, responderam as classes dominantes com a universalização de uma memória de que são monopolistas e que idealiza o passado como estratégia para desvalorizar as escolas públicas actuais porque para todos, procurando simultaneamente novas formas de distinção social, dentro e fora do sistema de ensino.

Não é por casualidade que este fenómeno ocorre num tempo de crescente internacionalização dos sistemas educativos, por um lado, e de privatização e concentração dos meios de comunicação social, por outro. Na intersecção de ambos os fenómenos, assiste-se à afirmação de ideologias conservadoras e neoliberais que clamam por um regresso da escola aos conteúdos básicos, às metodologias tradicionais e aos dispositivos de hierarquização e selecção, enquanto impulsionam o desmantelamento do Estado-Providência, deixando as próprias classes sociais desfavorecidas, grande parte de origem imigrante, sujeitas a forças crescentes de precariedade, repressão e punição (Popkewitz, 1991; Gewirtz, Ball & Bowe, 1995; Afonso, 1998, 2002; Stoer, Cortesão & Correia, 2001; Feito Alonso, 2002; Barroso, 2003; Goodson, 2007). Uma pesquisa recente, realizada pela poderosa *Agência de Notícias dos Direitos da Infância*, mostra que também no Brasil, apesar das enormes desigualdades sociais e económicas, se verifica esta imposição de uma agenda noticiosa com objectivos específicos: o acesso ao ensino superior dispõe de um espaço mediático dez vezes superior ao analfabetismo ou à educação infantil; o número de peças sobre a qualidade do ensino é o dobro daquelas que tratam do abandono escolar (ANDI, 2007).

No entanto, este movimento tem adoptado contornos e intensidades distintos nas várias latitudes e longitudes, o que remete para as configurações culturais, económicas e políticas de cada Estado-Nação. A sociedade portuguesa, com as maiores desigualdades económicas e culturais da Europa, nunca deixou de assentar num sistema de ensino que opera uma «selecção natural», deixando pelo caminho uma grande parte dos jovens das classes desfavorecidas, após múltiplas reprovações, condenados a posições sociais subalternas<sup>17</sup>. A universalização da procura social e

<sup>17</sup> Ao aumento exponencial dos níveis de qualificação correspondeu uma imediata desvalorização simbólica dos mesmos. Quando se diz que os jovens que têm o 9º ano sabem o mesmo que os adultos com a antiga 4ª classe, está-se, na verdade, a dizer que a condição social que estava destinada aos segundos deverá ser acatada pelos primeiros. Quando se diz «já ninguém chumba» e «a escola já não ensina nada», é o próprio critério de hierarquização social baseado nos diplomas escolares que se está a pôr em causa, mantendo a pressão sobre escolas e professores para não abdicarem da sua função de selecção. Este processo simbólico explica em parte que, nos últimos quinze anos, as já altas taxas de reprovação tenham ainda aumentado consideravelmente, nos 2º e 3º ciclos.



do acesso efectivo à educação ameaçaram ruir estes alicerces, fragilizando a coesão do tecido social português. Tornou-se necessário refrear o seu potencial emancipador, re-accionando os mecanismos escolares de hierarquização social.

**Contacto:** Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-ISCTE), Edifício ISCTE, Av. Forças Armadas, 1649-026 Lisboa – Portugal

E-mail: [pedro.abrantes@iscte.pt](mailto:pedro.abrantes@iscte.pt)

## Referências bibliográficas

- Abrantes, Pedro (2007, Novembro). *Alunos e educação na imprensa diária portuguesa*. Comunicação apresentada no 1º Seminário Infância, Cidadania e Jornalismo. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Afonso, Almerindo Janela (1998). *Políticas educativas e avaliação educacional*. Braga: IEP/CEEP/Universidade do Minho.
- Afonso, Almerindo Janela (2002). O Neoliberalismo educacional mitigado numa década de governação Social-Democrata. In Licínio Lima & Almerindo Janela Afonso (Eds.), *Reformas da educação pública: Democratização, modernização, neoliberalismo* (pp. 33-59). Porto: Edições Afrontamento.
- Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) (2007). *Direitos, infância e agenda pública: Uma análise comparativa da cobertura jornalística Latino-Americana*. Brasília: ANDI.
- Ângelo, Luís, & Abrantes, Pedro (2006). Nos bastidores da notícia: Uma aproximação etnográfica ao trabalho jornalístico. *Fórum Sociológico*, 13/14, 329-350.
- Ávila, Patrícia (2006). *A literacia dos adultos: Competências-chave na sociedade do conhecimento*. Tese de Doutoramento, ISCTE, Lisboa, Portugal.
- Barroso, João (Ed.) (2003). *A escola pública: Regulação, desregulação, privatização*. Porto: Edições Asa.
- Baudelot, Christian, & Establet, Roger (1990). *El nivel educativo sube: Refutación de una antigua idea sobre la pretendida decadencia de nuestras escuelas*. Madrid: Morata.
- Benavente, Ana, Campiche, Jean, Seabra, Teresa, & Sebastião, João (1994). *Renunciar à escola: O abandono escolar no ensino básico*. Lisboa: Fim-de-Século.
- Bourdieu, Pierre (1997). *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Breed, Warren (1993). Controlo social na redacção: Uma análise funcional. In Nelson Traquina (Ed.), *Jornalismo: Questões, teorias e «estórias»* (pp. 152-166). Lisboa: Vega, Comunicação & Linguagens.
- Connerton, Paul (1993). *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta Editora.
- Feito Alonso, Rafael (2002). *Una educación de calidad para todos. Reforma y contrarreforma educativas en la España actual*. Madrid: Siglo XXI.
- Freitas, António (2008). Mídia e educação: Campos em conflito em Portugal. *Anais do XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação* (I Colóquio Bi-Nacional de Ciências da Comunicação Brasil-Portugal), 31. Retirado em Dezembro 3, 2008 de <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2008/resumos/R3-1020-1.pdf>.
- Halimi, Serge (1998). *Os novos cães de guarda*. Oeiras: Celta.
- Gewirtz, Sharon, Ball, Stephen, & Bowe, Richard (1995). *Markets, choice and equity in education*. Buckingham: Open University Press.
- Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo (GIASE) (2006). *Séries cronológicas: 30 Anos de estatísticas da educação* (2 vol.). Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.

- Goodson, Ivor (2007, Abril). *Conferência plenária*. Conferência apresentada no IX Congresso da Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação: Educação para o sucesso: Políticas e actores. Universidade da Madeira, Funchal, Portugal.
- Grácio, Sérgio (1997). *Dinâmicas de escolarização e das oportunidades individuais*. Lisboa: Educa.
- Machado, Fernando Luís, Matias, Raquel, & Leal, Sofia (2005). Desigualdades sociais e diferenças culturais: Os resultados escolares dos filhos de imigrantes africanos. *Análise Social*, 176, 695-714.
- Melo, Maria Benedita Portugal (2005). Os circuitos de reflexividade mediatizada: Apresentação de dados preliminares. *Análise Social*, 176, 595-617.
- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) (2004). *Learning for tomorrow's world: First results from PISA 2003*. Paris: OCDE.
- Ponte, Cristina (2005). *Crianças em notícia: A construção da infância pelo discurso jornalístico*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais.
- Popkewitz, Thomas (1991). *Sociología política de las reformas educativas: El poder/saber en la enseñanza, la formación del profesorado y la investigación*. Madrid: Morata.
- Rebelo, José (2000). *O discurso do jornal: O como e o porquê*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Soloski, John (1993). O jornalismo e o profissionalismo: Alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In Nelson Traquina (Ed.), *Jornalismo: Questões, teorias e «estórias»* (pp. 91-100). Lisboa: Vega, Comunicação & Linguagens.
- Stoer, Stephen R., Cortesão, Luísa, & Correia, José Alberto (Eds.) (2001). *A transnacionalização da educação: Da crise da educação à «educação» da crise*. Porto: Edições Afrontamento.